



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 42/2026, de autoria do Poder Legislativo Municipal de Fundão, Exmo. Sr. Vereador Vilcimar Correa, que "CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. A ILUSTRE SENHORA "MARCIELA JOSÉ"."

I - RELATÓRIO

A proposição foi protocolada no dia 11 de junho de 2026 e incluída na pauta da 10ª Sessão Ordinária, realizada em 15/06/2026, oportunidade em que o Plenário desta Casa de Leis entendeu pela admissibilidade do projeto, nos termos do parecer jurídico da Procuradora Legislativa, Dra. Valdirene Ornela da Silva Barros.

O Presidente encaminhou os autos do Projeto de Lei para análise e parecer à nobre Comissão de Justiça e Redação.

Realizada Reunião Extraordinária na presente data, a Secretária da Comissão, em substituição ao Presidente, conforme previsão do Regimento interno desta Casa de Leis, avocou a relatoria da matéria e incluiu a proposição na ordem do dia.

Este é o relatório.



steno



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

II - PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei é uma iniciativa do Poder Legislativo Municipal, a qual tem por objetivo conceder o "TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. A ILUSTRE SENHORA "MARCIELA JOSÉ"."

O autor justifica a proposição com a mensagem que passo a transcrever:

"É uma honra encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, projeto de lei que "Concede Título de Cidadã Honorária do Município de Fundão - Estado do Espírito Santo, a Ilustre Senhora "Marciela José", pelos relevantes serviços prestados a este Município.

O Título de Cidadão Honorário é uma honraria disposta em nossa Lei Orgânica e Regimento Interno, concedida pelos Vereadores do município a pessoas que praticaram atos de relevante interesse social em favor da população de Fundão/ES, que é conferido aos homenageados naturais de outros municípios ou estados.

É inegável a importância do presente Projeto de Lei que visa homenagear com título de cidadã honorária a Sra. Marciela José, natural de João Neiva-ES, cidadã ilustre de nosso município que muito contribuiu para o desenvolvimento social e da educação de nosso município.

Nada mais justo do que este Município, por intermédio do Poder Legislativo Municipal, reconhecer a trajetória de vida, dedicação e



spitens



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

importância dos relevantes serviços prestados pela Sra. Marciela José.

Poderíamos citar várias Ações que a homenageada participou desde que chegou ao município, conforme biografia anexa, mas não posso deixar de destacar a responsabilidade e compromisso, tornando-se uma referência em sua área de atuação, a Educação. Há mais de 33 anos dedica sua vida a educação, é Professora Alfabetizadora do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de João Neiva há mais de 28 anos e Pedagoga efetiva da Prefeitura Municipal de Fundão desde 2008. Ao longo de sua trajetória, atuou em diversas funções de gestão e assessoramento e atualmente exerce a função de Secretária Municipal de Educação de Fundão/ES de forma brilhante.

Esperando poder contar com o acolhimento e endosso dos nobres pares para apreciação e aprovação desta justa homenagem pelo Douto Plenário desta Casa de Leis, aproveito o ensejo para renovar os meus protestos de estima e apreço."

O presente projeto não fere nenhum preceito legal, conforme disciplinado no Título VI, que trata Das Proposições, Capítulo I, das Disposições Gerais, disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV, do Regimento Interno desta Casa, onde temos que:

Art. 130 As proposições poderão consistir em:



SPSteins



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

- I - veto;
 - II - proposta de emenda a Lei Orgânica;
 - III - projeto de lei complementar;
 - IV - projeto de lei;**
 - V - projeto de decreto legislativo;
 - VI — Projeto de resolução;
 - VII - requerimento;
 - VIII - indicação;
 - IX - moção;
 - X - representação;
 - XI - substitutivos;
 - XII - recurso;
 - XII - emenda;
 - XIII - subemenda;
 - XIV - parecer;
 - XV - recurso.
- (grifo meu)

Além disso, a presente proposição não se refere a nenhuma das situações impeditivas estabelecidas no Art. 132 do Regimento Interno desta Casa, vejamos:

Art. 132 A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição:

- I - que versar sobre assunto alheio à competência da Câmara;
- II - que delegue a outro poder atribuições privativas do legislativo;
- III - que, aludindo a lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, não se faça acompanhar de sua transcrição, ou seja, redigida de modo que não se saiba, à simples leitura, qual a providência objetivada;
- IV - que, fazendo menção a cláusula de contratos, concessões, documentos públicos ou escrituras, não tenham sido juntados ou transcritos;
- V - que, apresentada por qualquer Vereador, verse sobre assunto de competência privativa do Prefeito;



Systems



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VI - quando redigidas de modo que não se saiba à simples leitura qual a providência objetivada;

VII - que seja anti-regimental;

VIII - que tenha sido rejeitada e novamente apresentada, exceto nos casos previstos no art. 215;

IX — que contenham expressões ofensivas;

X — manifestamente inconstitucionais;

XI — que, em se tratando de substitutivo, emenda ou subemenda não guardem direta relação com a proposição.

Parágrafo Único. Se o autor ou autores da proposição dada como inconstitucional, anti-regimental ou alheia à competência da Câmara Municipal não se conformarem com a decisão, poderão requerer ao Presidente, audiência da Comissão de Justiça e Redação que, emitirá parecer, que será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário.

Com relação aos aspectos materiais, de igual maneira nada obsta a sua tramitação, uma vez que não há conflito de matéria com a Carta Magna.

Em análise meritória, verifico elementos suficientes para concordar com o autor da proposição.

Por todo o exposto, este Relator entende que a técnica legislativa está satisfatoriamente atendida, não possuindo qualquer vício, estando a proposição em perfeitas condições para tramitação regular, razão pela qual, se manifesta pela Constitucionalidade e **Aprovação** do Projeto de Lei nº 42/2026, e sugere aos seus doutos Membros à adoção do seguinte parecer:



S. Peters



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 46/2026

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO é pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA, e quanto ao mérito é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 42/2026, de autoria do Poder Legislativo Municipal de Fundão, Exmo. Sr. Vereador Vilcimar Correa, que "CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. A ILUSTRE SENHORA "MARCIELA JOSÉ"."

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, 15 de junho de 2026.

(ausente)

Leolino de Oliveira Costa Neto

PRESIDENTE

Sônia Lusía Neves Rodrigues Steins

SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO AO PRESIDENTE

RELATORA

Leonardo da Silva Rodrigues

MEMBRO

